

## A UTILIZAÇÃO DE JOGOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS COMO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO NA DISCIPLINA DE LIBRAS NOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

José Roniero Diodato<sup>1</sup>  
Luís Gustavo Souza da Paz<sup>2</sup>  
Sabrina Pimentel da Silva<sup>3</sup>  
Antônio Carlos Cardoso<sup>4</sup>

### RESUMO

Por longos anos, os surdos foram vítimas do ouvintismo e, por conseguinte, considerados como pessoas ouvintes, sem distinções. Equívoco que lhes causou grandes prejuízos sociais, educacionais e cognitivos. Durante esse período fora negada uma educação que considerasse sua primeira língua (L1), a Libras. Nessa perspectiva discutiremos acerca dos aspectos teórico-metodológicos para adaptação de jogos didático-pedagógicos, com ênfase na educação de estudantes surdos, seja em âmbito inclusivo ou bilíngue. A motivação ocorreu durante nossas vivências, enquanto monitores, tradutores/intérpretes e professores de Libras da Disciplina de Fundamentos da Língua Brasileira de Sinais (Libras), ofertada nos cursos de formação de professores da Universidade Federal de Pernambuco-UFPE. A pesquisa foi desenvolvida a partir de nossas observações, durante dois semestres, 2018.2 e 2019.1, nas aulas de um professor surdo, responsável pela referida disciplina. Em todo semestre pudemos compreender como foi desenvolvida a metodologia de forma a contemplar uma abordagem dialógica, propiciando uma postura crítica aos discentes de Pedagogia ou qualquer licenciatura, face às várias propostas teórico-práticas para educação de surdos, pautada em língua de sinais. Percebemos nessa proposta uma inclusão invertida, ou seja, o jogo pedagógico era pensado para o público surdo e torna-se-ia inclusivo para estudantes ouvintes.

**Palavras-chave:** Jogos Didático-Pedagógicos. Libras. Avaliação. Formação de Professores.

### INTRODUÇÃO

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a educação passou a ser um direito de todo cidadão (BRASIL, 1988), no entanto, este direito não alcançou a todos. Alguns indivíduos, a exemplo das pessoas surdas, estiveram à margem do sistema educacional devido

<sup>1</sup>Graduando do Curso de Letras Libras da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, [joseroniero@gmail.com](mailto:joseroniero@gmail.com); Tradutor/Intérprete de Língua de Sinais/Português (TILSP) na UFPE.

<sup>2</sup>Graduando pelo Curso de Letras Libras da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, [luisbachbio@gmail.com](mailto:luisbachbio@gmail.com);

<sup>3</sup>Graduanda pelo Curso de Letras Libras da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE; [sabrinapimentel90@gmail.com](mailto:sabrinapimentel90@gmail.com)

<sup>4</sup> Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) da Universidade Federal de Pernambuco-UFPE; Professor de Libras da UFPE; [antonio.ccardoso.ufpe@gmail.com](mailto:antonio.ccardoso.ufpe@gmail.com).

à falta de acessibilidade e uma proposta de ensino que atendesse as suas especificidades linguísticas, como o reconhecimento de sua língua, a Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Por longos anos, os surdos foram vítimas do ouvintismo e, por conseguinte, considerados como pessoas ouvintes, sem distinções (SKLIAR, 1997). Equívoco que lhes causou grandes prejuízos sociais, educacionais e cognitivos. Durante esse período fora negada uma educação que considerasse sua primeira língua (L1), a Libras (GOLDFELD, 2002). Foi imposta a educação inclusiva, propulsora dos maiores problemas educacionais da vida escolar do sujeito surdo. Segundo Quadros (1997), desde a proibição da Libras à criação de metodologias de ensino baseadas no oralismo, os surdos foram martirizados e, por consequência, sofreram atrasos em seu processo de ensino aprendizagem devido a tentativa de enquadramento nos parâmetros regulares da educação para ouvintes.

Face ao exposto, a partir de nossa experiência na disciplina de Libras, discutiremos acerca dos aspectos teórico-metodológicos para adaptação de jogos didático-pedagógicos, com ênfase na educação de estudantes surdos, seja ela em âmbito inclusivo ou bilíngue. A motivação ocorreu durante nossas vivências, enquanto, monitores, Tradutores/Intérpretes e professores de Libras da Disciplina de Fundamentos da Língua Brasileira de Sinais-Libras, ofertada pelo Departamento de Psicologia e Orientação Educacionais/DPOE, da Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, campus Recife, em que estão matriculados estudantes dos Cursos de Pedagogia e licenciaturas diversas.

A observação ocorreu durante dois semestres, 2018.2 e 2019.1, dessa forma, optamos por discorrer sobre a atividade final (produção de jogos pedagógicos) que o professor regente solicitou como componente avaliativo. Neste trabalho final os estudantes apresentavam, um produto (jogo) inédito ou adaptado, cujo objetivo era o ensino de qualquer conteúdo com ênfase na educação de surdos (bilíngue ou inclusiva) e na interação entre todos os estudantes, inclusive os ouvintes.

Os resultados apontam para a relevância de propor, como instrumento de avaliação, a produção de jogos didático-pedagógicos na formação de professores. Consideramos a utilização destes materiais como forma lúdica de ensinar os conteúdos, bem como, estratégias inovadoras que desafiem os futuros professores em seu cotidiano no contato com alunos surdos. Por fim, a experiência na monitoria da disciplina de Libras, nos proporcionou o conhecimento de novas estratégias para adaptarmos nossa didática de ensino com ênfase em metodologias viso-espaciais, enfatizando, portanto, a educação de surdos pautada em língua de sinais.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa foi desenvolvida a partir de nossas observações, como monitores e Intérpretes de Libras, durante dois semestres, 2018.2 e 2019.1, nas aulas de um professor surdo, responsável pela disciplina de Fundamentos da Língua Brasileira de Sinais.

O professor da turma é formado em Letras Libras, com especialização em Língua Brasileira de Sinais e atualmente Mestrando em Educação. Responsável pela disciplina de Fundamentos da Língua Brasileira de Sinais-Libras, ofertada pelo Departamento de Psicologia e Orientação Educacionais/DPOE, da Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, campus Recife, o referido professor possui vasta experiência em cursos de formação de professores e atua na UFPE há mais de cinco anos.

Para complemento de nossas discussões, foram feitas revisões bibliográficas em livros, artigos científicos, websites, leis e decretos. Além disso, foi feita uma entrevista semiestruturada com o professor surdo, responsável pela turma. Durante a entrevista perguntamos como ocorrem as orientações para elaboração dos jogos; se houve alguma dificuldade na comunicação com a turma e respectivos grupos e quais foram os critérios de avaliação.

## **DESENVOLVIMENTO**

A educação enquanto direito (BRASIL, 1988), contemplará a todos os cidadãos sem distinção, no entanto, dados históricos comprovam que os surdos foram privados de uma educação que atendesse suas especificidades linguísticas. O surdo era julgado enquanto pessoa primitiva, fato que o privava de uma educação pautada na língua de sinais. Esta premissa está baseada em Goldfeld (2002), em que descreve como o surdo, visto enquanto incapaz, sofreu retardo em seu processo de ensino-aprendizagem. A ideologia clínica se sobressaía e era aplicada uma pedagogia corretiva (SKLIAR, 2001), ou seja, o surdo era visto como um ser patológico.

Por longos anos, conforme Skliar (1997), os surdos foram vítimas do ouvintismo e, por conseguinte, considerados como pessoas ouvintes, sem distinções. Equívoco que lhes causou grandes prejuízos sociais e educacionais, como o processo de ensino aprendizagem. Durante esse período fora negada uma educação que considerasse sua primeira língua (L1), a Libras (GOLDFELD, 2002). Acreditamos, portanto, na elaboração de uma proposta

educacional adequada, como jogos didáticos adaptados em língua de sinais, pois permite que não ocorram atrasos em seu rendimento escolar, evitando consequências emocionais, sociais e cognitivas (LACERDA, 2006,).

Segundo Quadros (1997), desde a proibição da Libras à criação de metodologias de ensino baseadas no oralismo, os surdos foram martirizados e, por consequência, sofreram atrasos em seu processo de ensino aprendizagem. Isso ocorreu devido a tentativa de enquadramento nos parâmetros regulares da educação para ouvintes, através da educação inclusiva. Esta nova estrutura de educação não trouxe bons resultados para o desenvolvimento do estudante surdo, pois embora o objetivo da educação inclusiva fosse romper paradigmas educacionais, surge como meio de acabar com a exclusão que acontecia frequentemente no ambiente escolar, onde os alunos com diversas deficiências ficavam separados visando não causar nenhum prejuízo de maneira geral. Vargas (2009), aponta que historicamente a educação inclusiva surge com uma perspectiva de valorizar os direitos humanos, fortalecendo ações políticas no meio educacional. Para Lacerda (2006), a escola tem o a responsabilidade no que se refere à educação destes estudantes. Nas palavras da autora

o movimento da chamada *educação inclusiva*, que emerge apoiado pela Declaração de Salamanca (1994), defende o compromisso que a escola deve assumir de educar cada estudante, contemplando a pedagogia da diversidade, pois todos os alunos deverão estar dentro da escola regular, independente de sua origem social, étnica ou linguística (LACERDA, 2006, p.167).

Embora a educação inclusiva seja respaldada a partir dos aparatos legais, não contemplou as necessidades do estudante surdo, pois não se levava em consideração os aspectos linguísticos e culturais do sujeito surdo. Ainda de acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), a “Educação Inclusiva tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares”. Como vimos, neste âmbito de inclusão, o surdo ainda era visto enquanto pessoa com deficiência, argumento contraditório ao que defendemos como surdez, como um fator identitário (PERLIN, 1998).

Nesse âmbito da educação inclusiva, corroboramos com Rosa (2011), no que se refere ao papel da escola como elemento difusor de saberes e conceitos, propagando a ideia de que o sujeito surdo não seja um à parte, mas faça parte do conjunto socioeducacional. E esse feito

só é possível através de uma educação em que se leve em consideração os aspectos linguísticos, culturais e sociais do indivíduo surdo: a educação bilíngue.

A busca por uma educação adequada para os discentes surdos causou-lhes grandes prejuízos, pois por muitos anos fora aplicada, erroneamente, uma educação com ênfase no oralismo, educação pautada na língua oral e como um único objetivo: de fazer os surdos falarem (se igualar aos ouvintes). Após a concepção oralista, diante muita luta da comunidade surda, surge a Comunicação Total que se utilizava da língua oral, imagens, sinais, ou quaisquer recursos para educação do surdos, no entanto, a ênfase ainda era um ensino pautado nas línguas orais. Por fim, até os dias atuais, surge a Educação Bilíngue (GOLDFELD, 2002). Esta última, vista enquanto proposta adequada para o ensino dos conteúdos, por meio de uma educação baseada na língua de sinais. Para Quadros (1997),

o bilinguismo é uma proposta de ensino usada por escolas que se propõe a tornar acessível à criança duas línguas no contexto escolar. Os estudos têm apontado para essa proposta como sendo a mais adequada para o ensino de crianças surdas, tendo em vista que considera a língua de sinais como língua natural e parte desse pressuposto para o ensino da língua escrita (QUADROS, 1997, p.27).

Devido a sanção da Lei nº 10.436/02, com o envolvimento do movimento surdo, reivindicações de associações, federações e pessoas engajadas na causa, a Libras foi reconhecida enquanto língua de modalidade viso-espacial, com estrutura gramatical própria e distinta da língua portuguesa e como meio legal de comunicação e expressão de comunidades de pessoas surdas brasileiras (BRASIL, 2002).

No decorrer dos anos, através do Decreto nº 5.626 de 2005, a disciplina de Libras passa a ser obrigatória nos cursos de formação de professores, conforme o artigo 30 que determina:

a Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (BRASIL, 2005).

Devido às conquistas de direitos pelas pessoas surdas na esfera educacional; desde a criação de metodologias eficazes para o ensino desses sujeitos, tanto em sistemas inclusivos quanto em sistemas bilíngues, percebemos que é crescente, no âmbito educacional, a busca por formação de professores que vivenciem na prática cotidiana o fazer/ser docente. Desta



forma, através de instrumentos avaliativos, como adaptação de jogos pedagógicos, os futuros professores terão um olhar sensível à causa da educação de surdos. E, por meio de um aporte teórico-metodológico, com ênfase em língua de sinais, é possível contemplar as necessidades educacionais e linguísticas da pessoa surda.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A partir de nossas observações, durante a monitoria na disciplina de Libras, tivemos a oportunidade de acompanhar desde a elaboração até o momento que o professor ministrava as aulas. Ressaltamos a forma em que fomos tratados durante todo o semestre, pois o professor surdo nos impulsivava a observar e discutir, inclusive, sobre o processo de avaliação da turma.

Como proposta avaliativa, o professor solicitava (como atividade final) um jogo didático-pedagógico, adaptado ou criado especificamente para o ensino de qualquer conteúdo na educação de estudantes surdos, seja em âmbito inclusivo ou bilíngue, desde que pudesse contemplar, inclusive estudantes ouvintes. Percebemos nessa proposta uma inclusão invertida, ou seja, o jogo pedagógico era pensado para o público surdo e torna-se-ia inclusivo para estudantes ouvintes.

Em todo semestre pudemos compreender como foi desenvolvida a metodologia de forma a contemplar uma abordagem dialógica, propiciando uma postura crítica aos discentes de Pedagogia ou qualquer licenciatura, face às várias propostas teóricas e práticas para uma educação inclusiva ou bilíngue para estudantes surdos.

As estratégias utilizadas pelo professor foram aulas expositivas/dialogadas; seminário, dramatizações; debate em grupo e discussão dos textos e material em DVD. Utilizou-se também de demonstrações (prática realizada pelo Professor) e aulas laboratoriais (prática realizada pelos alunos); apresentações de filmes, comentários e dinâmicas de grupo. Ressaltamos que todo conteúdo ministrado pelo professor, responsável pela turma, era em língua de sinais, exceto as aulas teóricas que contavam com a presença de Intérprete de Libras.

A segunda parte de nossas análises consiste numa entrevista feita com o professor da turma. Para compreendermos como ocorreu o acompanhamento dos grupos, perguntamos ao professor como foram as orientações para elaboração dos jogos. Para nossa surpresa o professor afirma não ter solicitado Intérprete de Libras e as orientações ocorreram

normalmente, pois embora os discentes não fossem fluentes em Libras, era preciso desafiá-los por meio do contato com uma pessoa surda.

Ao indagarmos sobre o processo de avaliação dos jogos pedagógicos, o professor respondeu:

(...) não pensem que eu avalio apenas o jogo, eu começo avaliar o estudante de Pedagogia ou Licenciaturas Diversas, desde o primeiro dia de aula; sua participação, interação comigo, enquanto pessoa surda e como ocorrem também a conversação entre eles. Eu sempre estimulo eles a falarem em Libras na sala, porque eu também estou na sala e preciso fazer parte de toda conversação. Sobre o jogo pedagógico, que sempre peço no final do semestre, eu avalio a criatividade, o objetivo do jogo e a forma que é ele empregado. Ou seja, eu simulo uma situação, em sala de aula, em que um possível estudante surdo, de uma sala bilíngue ou inclusiva, esteja jogando e conseqüentemente, esteja interagindo e aprendendo (ou não) o conteúdo a partir do jogo (fragmento da entrevista [em Libras] com o professor da disciplina de Libras).

Percebemos, através da fala do professor e da forma que ele interage com seus alunos, que o fato de o professor de uma sala inclusiva, por exemplo, não ser fluente em Libras, não é um aspecto complicador para incluir um aluno surdo em seu planejamento escolar. Isso ficou claro na forma como ele avalia os estudantes, pois, embora o professor seja surdo, a comunicação entre os licenciandos fluiu. Os estudantes foram desafiados a se comunicarem com a pessoa surda e obtiveram êxito desde o planejamento, a elaboração até a apresentação final.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência na monitoria da disciplina de Libras nos proporcionou o conhecimento de novas estratégias para adaptarmos nossa didática de ensino enquanto futuros professores. Compreendemos a relevância em adotar metodologias que contemplem o espaço visual da pessoa surda, enfatizando, portanto, uma educação baseada na língua de sinais.

Outro fator relevante está relacionado à formação de professores e o processo de ensino-aprendizagem da Libras durante a formação dos licenciandos. É importante que não se limite apenas na aprendizagem da Libras, mas nos aspectos históricos da inclusão das pessoas surdas na sociedade em geral e na escola; compreender a Libras como língua de comunicação social entre pessoas surdas e falantes da Libras; a estrutura linguística e gramatical da Libras e as especificidades da escrita do aluno surdo, na produção de texto em Língua Portuguesa.

Por fim, afirmamos ter sido satisfatória nossa vivência na disciplina de Libras, além de deprendermos sobre a relevância do uso de jogos didáticos pedagógicos adaptados para Libras, como forma de avaliação de futuros professores.

Nessa perspectiva, esperamos que novas pesquisas sejam realizadas a partir da formação de professores que atuarão na educação de surdo e busquem metodologias baseadas nas línguas de sinais.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 24 de abr. 2002.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 22 de dez. 2005.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Presidência da República. Casa Civil, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em 14 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC / Secretaria de Educação Especial - SEESP, 2008.

GOLDFELD, Márcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. São Paulo: Plexus Editora, 2002.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 26, n. 69, p. 163-184, maio/ago, 2006.

PERLIN, G. Identidades surdas. In: SKLIAR, C. (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de surdos: A aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

ROSA, Emiliana Faria. Educação de Surdos: entre a realidade e autopia. In: SÁ. Nídia de. **Surdos: qual escola?** Manaus: Editora Valer e Edua, 2011. p. 141 – 154.



SKLIAR, Carlos. Os Estudos Surdos em Educação: problematizando a normalidade. *In:* SKLIAR, Carlos (Org.). **A Surdez:** um olhar sobre as diferenças. 2ª. ed. Porto Alegre: Mediação, 2001, p. 7-32.

SKLIAR, C. (Org.). **Educação e exclusão:** abordagens sócio-antropológicas em educação especial. Porto Alegre: Mediação, 1997.